

# IMPORTÂNCIA DO RESGUARDO ÉTICO PELOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRAPONDO-SE AO ANSEIO DE PRESTÍGIO SOCIAL.

**FÁVILA RIBEIRO**

*Professor Titular de Direito Constitucional  
da Faculdade de Direito e de Direito Elei-  
toral do Curso de Mestrado de Direito da  
Universidade Federal do Ceará e Subpro-  
curador-Geral da República.*

Inicialmente, comporta esclarecer que, com origem nas vertentes constitucionais vigentes, ficou instaurado um núcleo de princípios, selecionados por seus expressivos substratos éticos para observância pelos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

No que se refere aos membros do Judiciário os preceitos que lhes foram diretamente destinados constam do Art. 95, parágrafo único da Constituição Federal, expressos como textuais vedações, assim:

*“Aos Juízes é vedado:*

*I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;*

*II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;*

*III – dedicar-se à atividade político-partidária”.*

Quanto aos componentes do Ministério Público ficaram definidos os postulados que também se apresentam em caráter restritivo, explicitados no Art. 128, § 5º, do Supremo Estatuto:

“a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar, ainda que em disponibilidade de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

d) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas em lei”.

Outras normas de apurado conteúdo ético foram também consagradas no ordenamento supremo, acolhidas no Art. 37, em seus §§ 1º e 4º, tendo essas maior abrangência, pelo sentido genérico, para atingir a todos os servidores públicos, em sua mais genérica expressão.

É certo que os preceitos, antes citados, integram a normatividade jurídica, não ficando a depender de voluntária adesão a ditames emanados da compreensão individual, no sentido de inclinar-se pelas boas ações e de repulsa às que se afigurem incompatíveis ao bem comum, apresentando-se com o atributo da coercibilidade, impondo-se, assim, ao generalizado acatamento por seus destinatários, motivo a que somente possam ser considerados como princípios éticos, em razão de seus substratos que assim evidenciam, tratar-se de contribuição absorvida pela ordem jurídica, por elaboração original do Poder Constituinte, com princípios que enriqueceram e fortaleceram o sortimento de valores destinados à dignidade humana, segurança, responsabilidade e justiça.

Houve algo mais que se acrescentou, em termos de explícita posituação constitucional, pelo acolhimento proveniente do Poder Constituinte, que diretamente os incorporou, tendo por causa as relevantes essências éticas contidas nesses preceitos, não deixando que matérias deste quilate fossem omitidas, desvirtuadas ou ficassem maleavelmente submetidas à fluidez de leis ordinárias, e até mesmo das autocráticas e antipáticas **medidas provisórias**, ou a depender de imposições dos mais fortes ou de maiorias ocasionais, sendo consagradas por suas essências valorativas, no propósito de assegurar o respeito sempre devido à coletividade por seus juízes e pelos que participam de atividade “essencial à função jurisdicional do Estado”, como permanente garantia de impoluta distribuição da Justiça, por ser essa a finalidade suprema reservada pelas duas instituições políticas em proveito da coletividade dos jurisdicionados.

No que concerne, de modo direto, à instituição do Ministério Público, houve, recentemente elevado revigoramento ético, provindo de construtiva exegese do Supremo Tribunal Federal, em julgamentos relativos às Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs. 1.371-8 e 1.377-7, ambos em Plenário de 03.06.98, tendo por Relatores para a lavratura dos acórdãos, respectivamente, os Ministros Néri da Silveira e Nelson Jobim.

Recebeu a matéria sensível teor pragmático, para afastar extrapolações interpretativas, aplicadas às cláusulas da Lei Complementar nº 75/93, correspondentes aos ramos do Ministério Público da União, e da Lei nº 8.625, de 12.02.1993, (Lei

Orgânica do Ministério Público dos Estados), ficando estabelecido “como única exegese constitucionalmente possível aquela que **apenas** admite a **filiação partidária**, se o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções institucionais, mediante licença, nos termos da lei; devendo ainda cancelar a sua filiação partidária antes de reassumir suas funções, quaisquer que sejam, **não podendo** ainda, desempenhar funções pertinentes ao Ministério Público Eleitoral, senão dois anos após o cancelamento dessa mesma filiação partidária”.

As construções hermenêuticas, aplicadas nos dois julgados do Supremo Tribunal Federal, suplantaram o sentido redacional evasivo e inseriram componentes éticos com claras e objetivas delimitações, capazes de conter e, de modo algum, deixar prosperarem, em tempos comuns, incompatíveis promiscuidades nos encargos funcionais dos membros do Ministério Público, simultaneamente comprometidos também em refregas político-partidárias, em conformidade com a tendência refletida na escolha de sua filiação por um dos partidos que forma com os demais o sistema partidário nacional e servem para dar expressão às divergências subjacentes na sociedade, por idéias ou interesses.

A modelação institucional do Ministério Público com as suas finalidades em grande parte direcionadas para a sociedade, assim sendo visto no amplo elenco das responsabilidades que recaem sobre os seus membros, vertidas nas competências quanto à “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, contempladas no Art. 127, da Constituição Federal, precisavam assim mesmo apresentar-se, para ficarem devidamente resguardados, mantendo-se inalteravelmente credor da confiança coletiva na imparcialidade de seus desempenhos funcionais, sempre ao lado da sociedade como seu perseverante defensor oficial.

Ao estudar a relação entre o **ethos** e a liberdade, expõe **Nicolai Hartmann**: “Comum a todos os seres vivos é encontrar-se no meio do fluxo dos eventos, o constante ser arrebatados e afetados por tudo o que vem sobre eles. Este fluir não se detém nunca nem cessa em momento algum o ver-se colocado diante de situações sempre novas que, de alguma maneira, há que dominar. O animal se acha aqui simplesmente submetido às leis de sua espécie, fazendo simplesmente o que tem que fazer”(Ontologia, trad. de José Gaos, México, Fondo de Cultura Económica, 3ª, ed. 1986, vol. I, p.21).

Afirma depois: “Distinto é o homem. Também ele está em meio da corrente de acontecimentos; também caem sobre ele as situações; ele não as elege, ele cai nelas – inclusive quando as vê aproximar-se e contribuir a determiná-las, nelas intervindo ou delas se esquivando; porquanto, por último, terminam sempre de maneira distinta

da que ele pretendia. Porém, uma vez nesse ponto, delas não se pode esquivar: tem que passar por elas, tem que agir” (Ob. e vol. cit., p. 21 ).

Para o autor, “o homem não tem liberdade para querer ou não querer agir em uma situação dada; pois também a omissão é ação e pode recair sobre ele, como culpa, se não for justa. O homem, de um modo geral, está forçado sempre a agir. Sua liberdade reduz-se a - como agir” ( id., p. 22).

O homem como ser dotado de reflexão, é movido a praticar ações ou delas se eximir, pondo-se acorde com as suas ocasionais disposições, sabendo, no entanto, que, mesmo se omitindo ou agindo, sempre estará contraindo responsabilidades, não ficando livre, pois, mais cedo ou mais tarde, deparar-se-á com as conseqüências advindas de acumulação de papéis com valores antinômicos por conta do pluralismo funcional instalado, sendo, em caso de colisão aparente, premido a renegar um deles, ou permanecer desconfortável e inseguro consigo mesmo, o que irá evidenciar a preexistência de incompatível dualismo, a conspirar contra os padrões éticos relacionados à Justiça que reclamam sempre independência, imparcialidade, desprendimento, devoção, coragem moral e lealdade vocacional no cumprimento de seus deveres específicos.

Pode-se verificar o melhor aproveitamento dos mananciais jurídicos em decorrência dos significados éticos que os integram, condensando valores que se harmonizam com objetivos altruístas e de respeito aos seus próprios deveres e, por igual, no tratamento de seus próprios direitos, como também os de seu próximo, afastando toda forma de egoísmo e de ambição, repelindo influências que possam alterar ou obstar a límpida e aprumada manifestação de justiça isenta.

Neste sentido, pode ser lembrada a moldagem estrutural reservada à Justiça Eleitoral, desde a sua implantação original, em sua atual configuração, reconhecida como instituição permanente, mas sem contar com magistrados permanentes em seus próprios quadros, sendo estes temporariamente recrutados por períodos bienais, podendo haver recondução por uma única vez, por tempo equivalente, cumprindo-se, nessa hipótese, o mesmo processo de escolha.

Foi estabelecida essa Justiça especializada, como o resultado mais exponencial da Revolução de 1930, contendo instrumental preventivo no mais vigoroso sentido ético, levando em consideração o campo deliberativo cometido à Justiça Eleitoral para dirimir conflitos políticos, dentro das pautas rígidas do método jurisdicional, aplicáveis aos julgamentos, em situações que sempre polarizam elevado teor passional, o que passa a exigir maior capacidade de resistência ética dos magistrados, para se manterem verdadeiramente imunes. Pode isto, de alguma maneira, acarretar situações incômodas

e até mesmo sacrifícios para os magistrados vitalícios, recrutados de suas respectivas jurisdições para investiduras por tempo certo, não decorrendo as dificuldades apenas pelos desempenhos acumulativos, mas principalmente pelo elevado sentido passional que envolvem as contendas eleitorais, embora com definidos paradigmas jurídicos, sentindo efeitos de seu marcante sentido político, com atmosfera sempre exposta a turbulências, havendo instigações arregimentadas de influências pessoais, sempre à procura de abalar os convencimentos consolidados ou obter conversões facciosas. Este clima é continuado pela insistência utilizada, e são a isso impulsionados pelos candidatos em seus inesgotáveis e impetuosos desejos de poder, levando-os a mobilizarem e estimularem os partidos a que pertencem a que tudo procurem fazer para tornar mais exacerbadas as confrontações nos litígios eleitorais, e quando a persuasão falha, buscam refúgio em atitudes que desertam dos padrões éticos, apelando para o prestígio pessoal de impetuosos e arrogantes patrocinadores, que não se importam de enxovalhar a honra alheia.

A compreensão deste quadro, deliberadamente aguçado, como técnica cavilosa que possa, assim, render premeditados benefícios, sem dúvida haverá de corresponder a uma postura de inabalável firmeza dos magistrados judiciais e do Ministério Público, não se deixando atrair por essas provocações. Desse modo agindo, não fornecem o pretexto desejado para o início de uma escalada de confrontações para rendimento publicitário eleitoral, sendo, por sinal, razoável oportunidade a que se mantenham indiferentes às postulações fora de contextos processuais, permanecendo com seguro aprumo ético, com isso evidenciando quanto persistem integrados às suas relevantes missões, sendo intimamente concitados ao dever supremo de promover e velar a que os princípios de Justiça sejam cumpridos com a imperturbável elevação de propósitos, assegurando a autenticidade no exercício dos sufrágios populares, pois somente assim o regime democrático poderá, no Brasil, um dia, livrar-se de fraudes, corrupções, pressões psicológicas e paliativos legais, ficando a ser resultante mesmo do legítimo sufrágio popular, como expressão real e mais legítima da soberania popular, com as suas virtualidades e consagradora estabilidade haurida do lastro consensual emanado da coletividade.

De par com os aspectos basicamente estruturais, outros balizamentos éticos foram delineados, e mais alguns reforçamentos podem ser obtidos, restando ser observado o procedimento e o critério aplicados ao provimento de duas vagas destinadas a advogados, na composição do Tribunal Superior Eleitoral, em igual número para cada Tribunal Regional Eleitoral nos Estados e no Distrito Federal, operando-se o

preenchimento das demais vagas, todas elas destinadas a magistrados vitalícios, por escolha realizada pelos Tribunais a que estão vinculados os destinatários, de acordo com as correlações na hierarquia judiciária.

O método de escolha juridicamente consagrado é por eleição dos seus pares, sem qualquer envolvimento participativo do Tribunal Eleitoral a ter providas as suas vagas por membros vitalícios da magistratura, prevalecendo, na prática, um sistema automático de rodízio, embora tenham ocorrido em vagas a ser ocupadas nos Tribunais Regionais Eleitorais sem condicionamento a critérios rígidos, às vezes com disputas entre pretendentes, conhecendo-se também casos de magistrados que postularam aos colegas não os incluíssem no processo de escolha, apesar da obrigatoriedade na prestação do serviço eleitoral, pelo menos por um único biênio, não sendo a categórica manifestação desacolhida por seus colegas, sabedores de que não somente não nutriam atrativos por essa participação judicante, como tinham sintomática aversão às perspectivas que se lhes antepunham, para não compartilharem do tipo de antagonismo inerente à disputa eleitoral, como lutas acirradas de personalidades, umas contra outras, para conquista ou permanência em redutos de poder político.

A fórmula da livre escolha, em princípio, pode ser considerada mais aprimorada, mas não se pode contar aleatoriamente que todos os colegiados tenham equivalente propósito seletivo, podendo dar causa a animosidades por alguma eventual exclusão, deixando seqüelas para as ulteriores convivências entre os seus integrantes.

As instituições que se inserem em uma coletividade civilizada necessitam procurar em experiências extraídas de fatos ocorridos entre homens que delas participam, os mais eloquentes exemplos pessoais, isolados dos campos específicos de suas competências funcionais, mas que os afetam como pessoas e com efeitos que se interrelacionam aos seus múltiplos papéis sociais, não havendo entre eles um imaginário sistema de absoluta imunização que, hermética e seguramente, os mantenham isolados com os seus específicos valores e finalidades, todos passando a compor, acumulativamente, universos heterogêneos, adquirindo um sentido pluralista, sendo o fator estimulante à voracidade de poder, inoculando efeitos que expõem os protagonistas a assimilarem incompatíveis arestas, com crescentes dificuldades para acomodar as diversificações das responsabilidades e expansionismos em suas ações avulsas e algumas proezas imprevisíveis, criando situações de excepcionalidade ou mesmo anomalias diante das funções públicas colocadas em enfoque.

A compreensão dos indivíduos divididos em seus “egos” foi ampla e profundamente analisada por **Pitirim Sorokin**, transmitindo relevante contribuição científica, por ângulos culturais, psicológicos, fisiológicos e sociológicos, sobre fatos

ocorrentes sobre a temática exposta, tomando por base “a correspondência entre a estrutura psicológica do indivíduo e o seu meio social”, sendo de tal modo estreita a relação que “a estrutura dos “egos” do indivíduo pode ser encarada como um microcosmo a refletir o macrocosmo social dos grupos a que ele pertence”, estando assim formulada a tese, em seus próprios termos:

*“O indivíduo tem tantos “egos” sociais diferentes quantos são os grupos e camadas sociais diferentes aos quais está ligado. Estes “egos” diferem tanto entre si quanto os grupos e camadas sociais de onde se originam. Se alguns desses grupos são antagônicos uns aos outros, os respectivos “egos” que os representam no indivíduo também serão antagônicos. Esta é a primeira parte da minha tese” (Sociedade, Cultura e Personalidade, trad. de João Baptista Coelho Aguiar e Leonel Valandro, Porto Alegre, Editora Globo S.A, 1968, vol. I, p. 536/7 ).*

A segunda parte da tese que está sendo resumidamente focalizada está concebida nos seguintes termos: “A diversidade de nossos papéis sociais deve-se ao fato de pertencermos a uma pluralidade de grupos organizados”.

Passa a esclarecer possuir cada grupo a sua peculiar constituição, seus valores, suas próprias normas a que os seus integrantes devem observância. Do mesmo modo pretende de cada grupo seja colocada ao seu dispor uma parcela do tempo pessoal, um número de atos, e uma fração da personalidade, sendo também a cada um imposto algum tipo de dever, enquanto do mesmo modo reconhece direitos aos que os integram. Cobra cada grupo dos que o compõem a sua **libra de carne**, instilando cada componente do grupo um pouco de si mesmo”

Os encontros e os desencontros possuem uma dinâmica um tanto desacomodada, pois cada contexto exprime as suas específicas tendências e peculiares fluxos de influências nas atitudes dos que a elas ficam expostos e delas compartilham com habitualidade.

Não causa surpresa esse envolvimento em dilatação crescente, explicando **Herbert W. Schneider**, haver “em todos os grupos menção e virtudes como lealdade, benevolência, generosidade e tolerância, mas cada um deles dá a essas virtudes uma definição especial e uma importância variável. Consequentemente, a estrutura de uma consciência moral moderna tende a ser pluralística, relacional, mais ou menos

desintegrada; e as tensões dentro das obrigações normais de uma pessoa podem ser de molde a ameaçar a sua personalidade como um todo integrado. **Egos** divididos tendem a ser o resultado de consciências complicadas". ( Moral para a Humanidade, trad. de Aydano Arruda, São Paulo, IBRASA, 1964, p.24 ).

Compreensível que o múltiplo envolvimento pessoal em várias esferas sociais abra margem à dilatação em seus horizontes, contribuindo para elevar os relacionamentos e a capacidade de influência, vale dizer, demonstrar prestígio sobre outros, entre os quais não pode ser afastada a idéia de reciprocidade, embora não necessariamente em termos de equivalência, o que pode servir de causa ao despontar de antagonismos incontornáveis, principalmente se versar o conflito sobre valores essenciais, ficando terminantemente obstada a acomodação das discrepantes lealdades, pelas quais os grupos exprimem as suas individualidades sociais.

É necessário, portanto, que cada instituição sinta-se realmente habilitada a conhecer e a compreender, com razoável argúcia, o perfil exato do homem que lhe é vinculado, nos momentos em que não esteja encoberto pela típica característica funcional que nesta lhe corresponda, necessitando ser visto no palco concreto da vida pluralista em que atuam, sem que o façam à sorrelfa, deixando perceber as atuações depois de se acomodarem em diferentes ambientes, quando começam a desatar as contenções interiores e passam a revelar, a partir de certo momento ou, em circunstâncias inesperadas, o perfil exato da personalidade, por vezes, bem diverso do que se estivesse a supor, pelos toques de aparência e das atitudes plasticamente assumidas, ficando mais pronunciado o apego ao poder, pelas repetições ocorrentes, dando ensejo, porém, a que se efetivem em bases mais seguras as interpretações comparativas e os possíveis desajustamentos nas lealdades institucionais ou incompatibilidades funcionais pelos prismas éticos e jurídicos.

Se esse conhecimento não foi adequadamente identificado na oportunidade em que se cogitava do ingresso em alguns dos órgãos dessas instituições focalizadas, ou será devido a uma deficiência avaliativa no sistema de recrutamento, ou então, por tratar-se de fato posterior à inicial aquisição do poder, somente depois sendo despertado o anseio irrefreável de novas formas e maior quantificação de poder, a exprimir-se no alargamento do prestígio pessoal, com a sua capacidade utilizada para exercer influência sobre outros, neste caso, enquanto estava procurando ampliar a sua capacidade de dominação, talvez não tenha percebido que estivesse sendo consumido pela pleonexia.

Não podem ser desperdiçadas as ponderações de **R. V. Sampson**, quando discorre sobre as opções do homem entre o amor e o poder e as conseqüências que suscitam:



*“É necessário, primeiro, a abstração da lei moral, cujo conhecimento provém de nossa multiforme experiência e cujo amor origina-se dentro de nós mesmos. A lei moral repousa no fato de ser possível para todo ser humano desenvolver-se em maior ou menor grau num sentido ou noutro. Ele pode visar a ordenação de sua vida e suas relações com outros na base do amor ou na do poder. As duas forças são antitéticas, porém relacionam-se diretamente entre si, na medida em que é impossível desenvolver-se em ambos os sentidos ao mesmo tempo. Até o ponto em que desenvolvemos a nossa capacidade para o poder, enfraquecemos nossa capacidade para o amor; reciprocamente, até o ponto em que crescemos em nossa habilidade para amar, desqualificamo-nos para conseguir sucesso na competição pelo poder. Na medida em que as forças do amor no homem triunfam sobre as do poder, predomina a igualdade entre os homens. E, reciprocamente, na medida em que as forças do poder predominam sobre as do amor, a dominação e a sujeição caracterizam as relações humanas. A primeira é boa e conduz ao bem-estar humano; a última é má e leva ao sofrimento e à discórdia. O embate entre essas duas forças dialéticas é sempre o mesmo. Ninguém pode escapar-lhe, por mais que assim o deseje. Pois forçosamente todos, em quaisquer ocasiões, estão numa relação com outros que será predominantemente de uma categoria ou de outra” (Psicanálise do Poder, trad. de Octavio Alves Velho, Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A, 1967, p. 7/8).*

De qualquer modo, o que importa é que todos estejam conscientes, em termos de responsabilidade na vida pública, notadamente, sobre as atividades de natureza decisória, não podendo, de modo algum, realizar ou admitir inércia ou desvios por complacência, em nome de prodigalidades com o que não lhes pertence, dando-lhe destino diverso ao seu apropriado fim, faltando ao dever de agir em proveito do bem comum.

O exercício de funções públicas impõe ônus que não podem ser negligenciados, não sendo admissível a conversão de obrigações funcionais em favores particulares, não havendo bondade por quem espontaneamente os ofereça ou os atenda à vista de solicitações recebidas, por não ser lícito a ninguém dar a outrem além do que possua, pouco importando os interesses que sejam contrariados e as pessoas que os estejam a patrocinar, estando acima de tudo o cumprimento leal e exato das responsabilidades públicas.

Com bastante acerto declara **Otfried Höffe** “que o reconhecimento da justiça não consideramos como um ato de graça, que rogamos aos que nos rodeiam. Ou às “autoridades” que no-lo concedem por simpatia ou compaixão. A realização da justiça é exigida; em face da injustiça, não nos afastamos desiludidos, mas nos desencantamos, escandalizamos e protestamos”.

E assim prossegue discorrendo que “a justiça é, portanto, uma obrigação social cuja realização os homens não apenas sugerem e recomendam, mas muito antes exigem uns dos outros, respectivamente, atribuem reciprocamente e talvez até **se devem uns aos outros**. Querer bem, compaixão ou solidariedade iniciam, ao contrário, apenas ali onde o exigido é praticado, onde se satisfaz a justiça. Nesta medida, a justiça merece uma hegemonia em meio à moral social; e talvez somente a justiça é legítima para uma ordem social resultante do mandato para a coerção” (Justiça Política – fundamentação de uma Filosofia Crítica do Direito e do Estado, trad. de Ernildo Stein, Petrópolis, Editores Vozes, 1991, p. 49).

Nem mesmo é aceitável que ocupantes de funções que devem merecer a confiança pública, pelo elevado nível de suas responsabilidades, deixem-se atrair e participar de certas convivências sabidamente nocivas, como se nada os atingisse e não se refletisse prejudicialmente sobre a coletividade, quando esta ao tomar conhecimento da inconseqüência dos que assim o fazem, e justificadamente tomada por desconfiança e descrédito, vendo que alguns dos que se destinam fundamentalmente a servi-la e protegê-la mais são afeiçoados aos ambientes de vida regalada.

Sendo o tempo por demais escasso para o elevado volume de encargos públicos a cumprir, não será aceita com facilidade certa atitude de displicência na participação que se permita a freqüentes promoções faustosas de sucesso, com atrativos referentes ao consumo conspícuo, em que os requintes culinários passam a constituir o motivo difundido a que possam ser ampliados e utilizados os canais de influência para acolhimento de interesses, ocasiões que se afiguram úteis a que sejam repassadas as insinuações, de modo sutil ou explícito, conforme a escalada nos relacionamentos estabelecidos.

É necessário que possa cada um manter coerente linha moral, não procurando íntimos juízos acomodatórios que facilitem a participação em efêmeros prazeres em troca de duradouros e pegajosos comprometimentos, difíceis de se desengajarem ou serem erradicados.

Essas situações, de início, quase sempre procuram implantar efeitos adormecidos, que rendam ensejo, mais tarde, a pequenos gestos de delicadeza, começando blandiciosamente a minar o sistema de resistência individual, em termos de tendência acomodatória a generosidades inexplicáveis, procurando resvalar para uma interpretação semântica, dissimulando-a como eventual matéria de trato social, ou mera manifestação de cortesia pessoal, sem mais nem menos.

Pessoas que estejam vivendo fluidamente, sem encontrar tempo e motivo para dedicar alguns instantes de ponderação interior, deixam-se embalar por prazeres inebriantes, atordoados com as extravagâncias e desperdícios mundanos, perdendo consciência dos superiores valores humanos e da dimensão espiritual.

Os atrativos do **mundanismo** com a sua capacidade de atribuir persistente evidência, com orquestradas demonstrações pessoais de ininterrupto sucesso e pela intensiva divulgação, contribui para o alargamento de suas influências, estimulam a que mais e mais estejam enredando-se nas tramas de poder e, por isso, colhendo resultados em ritmo de progressão e mais dilatado alcance.

Outro fator que exerce contagiante atração aos que não dispõem sérios e perseverantes cuidados interiores a que se contenham em definidos limites éticos, é o **mandonismo pessoal**, que se coloca em vizinhança muito próxima do **mundanismo**. Com aquele avulta maior empenho no culto pessoal ao poder, em sua aquisição, exercício contínuo e persistente expansão, sendo muitos os que não resistem às suas atrações do poder, podendo ir, por vezes, às raias extremas do paroxismo. Enquanto isso, trata o **mundanismo** das exterioridades suntuosas, do culto da riqueza, da preocupação pela aparência requintada, tudo confluindo para a afirmação de prestígio, e mais ainda ao emparelhar-se e articular-se ao **mandonismo**, e conjunta ou separadamente celebrando as suas íntimas afinidades, elevando a capacidade operativa, confirmando crescimento do potencial disponível.

Todas as peripécias aplicadas à acumulação de poder e as modalidades de benefícios que procuram auferir os que conseguem sucesso nessas empreitadas e os fatores que para isso contribuíram são assim descritos por **Thorstein Veblen**:

*“Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder.*

*É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração. Não só serve a prova da riqueza para acentuar a importância do indivíduo aos olhos dos outros, conservando sempre vivo e atento o sentido que têm dela, como é igualmente útil na criação e preservação da satisfação própria” ( A Teoria da Classe Ociosa, trad. de Olívia Krähenbühl, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1965, p. 48).*

Ao se tornarem acreditados quanto à disponibilidade de influência de larga envergadura passam a ocupar o estágio em que se revelam aptos a provocar atos que podem desencadear elevada repercussão social, como ressurgentes potentados em níveis locais, provinciais e mesmo regionais, com perspectivas de incursões, em casos específicos, a patrocínios fincados em centros decisórios nacionais, fazendo-os sentirem-se com plena desenvoltura e confortavelmente habilitados a levar adiante as experiências desenvolvidas em artimanhas de poder nas esferas do **mundanismo**, realizando a sua vantajosa aproximação com o **mandonismo**, utilizando os mesmos apetrechos que anteriormente lhes foram propícios, com as adaptações exigidas pelas circunstâncias, dando prosseguimento a novas investidas, se antes não forem atalhados.

Em não sendo considerada a hipótese a florada, em termos de conjectura, haverá prosseguimento na atividade expansiva de dominação, aplicando técnicas ainda mais sofisticadas para envolvimento e compressão de outros setores, alastrando o poder de controle incontestável de redutos oficiais, em que, pelo menos, aparentemente, grande parte de seus integrantes manifestam-lhes alinhamento aos seus ditames, em troca de seu **prestigioso** apoio, para promoções, remoções funcionais, e mesmo para abortarem lotações de candidatos, ainda que em posição preferencial entre os classificados, estando certos os cortejadores da obtenção das interferências no preenchimento de cargos em comissão em suas áreas de dominação, o que há de exigir, não há dúvida, muita sagacidade política na condução desses problemas internos, mostrando-se também muito prestimosos no atendimento às partes para ajudá-las ao andamento mais célere de processos pendentes.

A procura de poder, via de regra, coincide com o propósito e os esforços despendidos para obtenção de prestígio, sempre vindo à tona a preocupação dos que desfrutam ou cuidam em demonstrar que o possuem, sabem que em sendo assim reconhecidos passam a receber deferências ou acatamento social. Na compreensão

disto o Professor **Joseph S. Bowcek**, em artigo dedicado à “Sociologia do Prestígio”, afirma que “este fenômeno é especialmente, inseparável do estudo do conceito de poder no campo das ciências sociais, com referência às fontes, às instituições e às técnicas do prestígio, na medida em que este fator tem importância no âmbito da luta pelo poder”(In Revista de Estudos Políticos, Madrid, 1955, n° 94, p. 81).

A disputa, a manutenção ou mesmo a encenação de poder, como vem sendo vistas, refletem ambição obsessiva para exercer predominância social, expandindo a influência pessoal até onde a cogitada hegemonia merecer acolhida. Tanto esforço empregado com essa finalidade, quando em verdade não se pode ter segurança e alegria resultantes da fruição mesma do poder, em nome do qual o que eventualmente possa auferir, é imensamente inferior à perda de interesse pelos valores superiores da vida, tornando-se a eles indiferentes, importando apenas que estejam supridos em seus apetites de poder, sendo situações que revelam despreocupações com aspectos éticos.

O prestígio é uma forma por que o titular do poder fica sendo reconhecido externamente, servindo de elemento publicitário em favor de quem é dele provido, como sinalização do festejado sucesso pessoal, sem levar em consideração idéias, causas sociais, sendo um modo concreto de exaltação egoísta, alcançando apenas os limites das situações práticas para extrair vantagens para si próprio e para terceiros.

A persistente luta pelo poder e os efeitos do prestígio obtido, acarretam efusões de diminuta duração, logo após a obtenção de resultados que os possam beneficiar. Em contrapartida, tornam-se, em certas circunstâncias, arrogantes, impacientes, rudes e intolerantes, quando se deparam com restrições que não se conciliem com as pretensões que sustentam, ficando perceptível o temperamento irascível ao ter a vontade contrariada, não dispondo de controles pessoais para refreamento das erupções temperamentais, sendo atingidos por ocasional perda de equilíbrio emocional.

**Gustavo Le Bon** dedica acurado estudo sobre a origem, o desenvolvimento e os efeitos do prestígio para os que o adquirem e pelos que suportam a sua ocasional ou demorada dependência, salientando que muitos são os fatores que devem ser incluídos na gênese do prestígio: “um dos mais importantes foi sempre o sucesso. O homem que tem êxito na vida, a idéia que se impõe, cessam por esse próprio fato de serem contestados. O prestígio desaparece sempre com o insucesso. O herói que a multidão aclamava na véspera, é apupado por ela no dia seguinte, se o destino o feriu. A reação será mesmo tanto mais viva quanto maior tiver sido o prestígio. A multidão considera, então, o herói caído como seu igual e vinga-se de se haver inclinado diante

de uma superioridade que ele já não reconhece” ( *Psicologia das Multidões*, F. Brigueit & Cia. Editores, Rio de Janeiro, 5ª ed., 1954, p. 113 ).

Assinala ainda que “o prestígio prejudicado pelo insucesso é subitamente perdido. Pode diminuir também pela discussão, porém de maneira lenta. Esse processo é, entretanto, de um efeito mais seguro. O prestígio discutido já não é prestígio” (ob. cit., p. 113/4).

Há perspectiva de elevar-se o nível de complexidade dos esquemas quando os focos concentrados de dominação local estejam conectados a fluxos personalizados instalados com áreas de influência decisória no arcabouço superior de uma mesma instituição, sem necessidade, na fase inicial, de qualquer procedimento formal, pois as influências do poder são voláteis, dispensando instrumentos materiais para sua circulação.

Os atributos de autonomia e independência reconhecidos aos titulares de vários órgãos, em seus desempenhos oficiais, distribuídos por esse imenso país continental, em razão das responsabilidades funcionais, integrando as suas correspondentes esferas de competências, para que possam ser exercidas com eficiência, devem dispor de adequados e versáteis recursos humanos e materiais, a que possam dar cumprimento aos seus complexos deveres, com aprumo e presteza, não podendo apresentar o rendimento pretendido, se não houver adequada lotação de pessoal, equipamentos essenciais e os elementos materiais necessários para a rapidez dos fluxos.

O crescimento dos aparelhos estatais na vasta rede de órgãos descentralizados melhor estão credenciados ao atendimento público, expandindo-se aos recantos mais remotos do território nacional, tendo por finalidade reduzir as grandes disparidades internas e promover a desconcentração da riqueza, condições estas fundamentais a que se passe do sentido programático, enfrentando a construção da sociedade livre, justa e solidária, como vem prevista no Art. 3º, I, da vigente Constituição Federal.

Esse pluralismo funcional reflete considerável volume de competências que se estão aproximando dos locais mais longínquos, para enfrentar as aflições a que se submetem as pessoas, muitas desprovidas de amparo legal a seus direitos, ficando às vezes as autoridades judiciais em grandes distâncias, para que sejam instaurados e dirimidos os conflitos jurídicos, por ser uma tarefa exclusiva da ordem estatal, sendo defesa a solução dos litígios fora dos apropriados canais judiciários e, em conformidade

com as devidas pautas processuais, não se podendo mudar o sentido da lei, como se dela fosse dono.

Todavia não pode deixar de ser considerado que essa multiplicidade de competências depende de homens que conquistaram essas investiduras, havendo esperança de que sejam não somente habilitados e cultos, mas que demonstrem absoluta correção no exercício de seus deveres em prol do valor supremo da Justiça, que somente se haverá de confirmar havendo tratamento sem discriminações às partes, para não fugir às suas mais autênticas finalidades de distribuir a prestação jurisdicional aos que a postulem.

Os fatos que possam agredir os princípios éticos, nem sempre se tornam perceptíveis, desenrolando-se na surdina, ao domínio de poucos, pelo caráter extremamente reservado, exigido pelos que estejam nessas peripécias, embora não as pratiquem sozinhos, aventurando-se a algum desvio de conduta, não sendo por eles próprios que podem ser desvendados, pois quem enfrenta esse tipo de empreitadas não deixa escapar revelações, para evitar possam sobrevir conseqüências funestas, embora não acreditem possam ser apanhados em falta.

Com aguda sensibilidade e elevado critério ético, pondera **Karl Jaspers**: “No círculo estreito de nós mesmos, o adversário da verdade é o desejo de poder. O desejo da verdade nos impele a revelar, o desejo de poder nos impele a ocultar. Se abolíssemos o desejo de poder, deixaria de existir a tendência de esconder.

Se somos homens, é inerente a nós não somente esse conflito, mas também a exigência de que nos tornemos seres humanos autênticos, mediante a luta contra o adversário interno que age contra nós.

O desejo de poder, recorrendo a disfarces, apresenta-se sob as formas da verdade e, fazendo-lhe essa medida, utiliza-a como instrumento para alçar posição de domínio. A mendacidade é seu elemento nativo, onde reina supremo” (Introdução ao Pensamento Filosófico, trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota, São Paulo, Editora Cultura Ltda., 1973, p. 96).

Infrações dessa natureza, por certo, são ocultamente elaboradas e executadas com extremo cuidado, sendo bastante diminutas as possibilidades de obter elementos de idônea comprovação, embora a indiscrição ou um lapso de leviandade, aguçada por uma atmosfera de estrepitosa euforia e ufanía, com o vigor inebriante do prestígio, possam romper alguma fenda no hermetismo no centro de dominação, deixando escapar diminutos lances inconvenientes, expelidos em acessos de vaidade ou de transparências

megalômanas, sem falar nos efeitos das influências continuadas que possam ganhar notoriedade.

Paradoxalmente, o prestígio que aparece como expressão maior de sucessos pessoais, pode ser também o elemento capaz fazer o início do seu fatal declínio, valendo muito mais despojar-se dessas vaidades fútuas e dedicar-se ao próprio ambiente de trabalho, cercado do dignificante respeito de companheiros valorosos e reconhecidos.

Até certo ponto é verdadeira a afirmação de que dessa vida nada se leva, não se devendo, contudo, esquecer que nela permanecerá a memória dos atos exatamente como forem praticados, refletindo a nossa imagem verdadeira, sem retoques.